

# Ciência&tecnologia, defesa e soberania para a construção de um Projeto Nacional

Roberto Amaral\*

\* Cientista político, professor da PUC-Rio, ex-Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia (2003-2004)

**E**nfrentemos, preliminarmente, uma questão de fundo, a saber, o que entendemos por segurança nacional, soberania e defesa nacional. Dito de outra forma, nos perguntamos: Quais os limites objetivos que os conceitos vigentes padecem em mundo sob globalização unipolar e internacionalização do terrorismo, compreendendo as mais perversas de suas manifestações, a começar pelo terrorismo de Estado?

Qual o conceito de soberania em mundo no qual uma só nação pode agir planetariamente, e age, unilateralmente, derogando o direito internacional público e impondo seu próprio direito, asentado no primado da força que dita a norma legalizadora após o fato?

Dispensável a redescrição do quadro internacional sucessor da multilateralidade da II Guerra Mundial, a assim chamada bipolaridade da ‘guerra fria’, sucessora daquela, com a confrontação ideológica, que determinou alinhamentos e realinhamentos políticos e militares artificiais, inclusive entre nós, pondo de manifesto a interrelação de projetos nacionais e conjuntura internacio-

nal. Ao condomínio das superpotências nucleares sucedeu o império daquela nação que alcançou os melhores e os mais distanciados progressos nos planos da ciência e da tecnologia, e da aplicação das inovações na sociedade e, superiormente, no esforço militar, sepultando de vez, entre as superpotências de então, a era das guerras convencionais, substituídas pela guerra tecnológica, em que a superpotência vencedora expõe e testa suas inovações científico-ideológicas<sup>1</sup>. E aqui já temos uma tese:

*o desenvolvimento em ciência e tecnologia está no centro do desenvolvimento econômico, social e militar e condiciona os conceitos de soberania e defesa.*

Da globalização, que acena para a interdependência consentida, decorre, porém, a recuperação do nacional, da Nação e do Estado nacional, ensejando, como já ocorre entre nós, a revisão dos paradigmas da política externa; se esta precisa ter suas raízes implantadas na realidade objetiva das conjunturas internacional e nacional, não pode mais, como em período recente, ser, tão-só, o reflexo nacional de pressões ideológicas exógenas, na sua substância e na sua prática a serviço de interesses anti-nacionais.

Em sistema internacional caracterizado por número tão pequeno de atores tão diferenciados entre si, em função do peso relativo de suas Forças Armadas, de sua economia e, conseqüentemente, de sua capacidade de influir e de intervir, a identificação das raízes nacionais tornou-se fundamental. Se, ao tempo da ‘guerra-fria’, aos Estados periféricos era dado, quando muito, o direito ou a obrigação de escolher um dos lados postos, o sistema global, de dominação, veio fortificar o comércio de blocos e anular a geopolítica dos blocos ideológicos em confronto, derrogar as justificativas estratégicas e ideológicas do alinhamento automático e da ‘proteção’ au-

---

<sup>1</sup> Sobre o realinhamento político-ideológico do sistema global (a ‘nova ordem mundial’, expressão cunhada pelo Bush pai após a primeira guerra do Iraque) pós guerra-fria, consultar, entre outros textos igualmente relevantes, AMARAL, Pedro. *Autonomia pela integração? – O discurso diplomático brasileiro em tempo de renovação de credenciais (1995-2001)*, Rio de Janeiro, 2002 (Dissertação de Mestrado defendida perante o Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio)

tomática. Por fim, destruiu o pretexto da divisão ideológica artificial, imposta de fora para dentro, livrando-nos de suas conseqüências militares<sup>2</sup>.

Mas nem tudo é negativo.

Numa aparente contradição, o novo quadro coloca aos periféricos-emergentes a possibilidade de construção de projetos nacionais e opção por aquelas relações internacionais tributárias desse projeto. Torna-se possível a formulação e o exercício de políticas de defesa, não-alinhadas e não subsidiárias da política de outros países ou blocos — guiadas pelos interesses nacionais, que compreendem soberania, segurança e desenvolvimento.

Digamos de forma bem clara: a ‘ameaça comunista’ ou o imperialismo soviético não podem mais ser invocados, nem para justificar intervenções aqui e alhures, nem para legitimar rupturas do processo constitucional, nem para impor a subordinação de nossas políticas de defesa aos interesses das estratégias militares norte-americanas.

Demais, a recuperação do poder nacional, posto a serviço do desenvolvimento, pode ser exercido sem quebra da estratégia não-confrontacionista, atenta às convergências e contradições que caracterizam a arena internacional, nada obstante a unipolaridade, e o regime da unipotência ou da potência imperial planetária.

A busca de parceiros na cooperação científica é fundamental para nossa política de desenvolvimento científico-tecnológico, cujo objetivo é o combate às insuportáveis desigualdades sociais. Mais uma vez, política externa, política científica e política de defesa se casam. Para nossos projetos, é fundamental o estreitamento das relações com os demais países da América do Sul, de particular com a Argentina, com a qual somos parceiros em inumeráveis projetos científicos e tecnológicos e industriais, tanto nas áreas da pesquisa e da inovação quanto da docência. O mesmo se aplica à frutuosa colaboração já de anos com a China e aos campos que se estão abrin-

---

<sup>2</sup> Por óbvio que não ignoramos a ‘doutrina’ do Bush filho, tentando dividir o mundo entre o *bem* e o *mal*, entre os *bons* países e os *fora-da-lei*, entre os *terroristas* e os *não-terroristas*, donde, um novo alinhamento automático.

do com a Ucrânia, a África do Sul, a Índia e a Rússia, países com os quais temos negociado programas de cooperação científica que podem conhecer transferência de tecnologia.

Entendemos que aí temos uma tese:

*a cooperação científico-tecnológica deve compreender parceria e transferência de tecnologia.*

Com firmeza, mas sem ilusões, todavia, pois a tendência é o aumento da concentração de poder e de conhecimento, tratado como monopólio, donde resulta, pelos países desenvolvidos, uma política de não-transfêrencia de tecnologia e de não-fornecimento de materiais, principalmente nos campos duais, o que, por si só, já indica qual deve ser nossa ordem de investimentos.

Ao nosso país foi dado aprender que o Estado é e continuará sendo (diz-nos mesmo a realidade posterior ao 11 de setembro) o principal ator do sistema internacional; que a ‘globalização’ não determinou o fim das fronteiras geográficas (embora sejam crescentes as limitações ao trânsito dos cidadãos, em contraste com o passe-livre das finanças e das mercadorias); que nenhuma ditadura pode ser instrumento de salvação da democracia; que democracia não se confunde com imperialismo de mercado; que competitividade não se confunde com abertura econômica unilateral; que a defesa da paz não se confunde com desmonte da segurança nacional, e que a firme opção pela negociação como instrumento de solução dos conflitos não pode determinar a renúncia ao poder de dissuasão. Ao contrario, o papel das Forças Armadas de país pacifista é ser capaz de inibir quaisquer intenções de desrespeito às regras de convivência internacional, da soberania e da autodeterminação.

Evidentemente que não podemos aspirar à autonomia, mesmo à autonomia condicionada pelo entrecho internacional, à independência, à soberania e ao desenvolvimento, ou seja, a um projeto nacional, se aceitamos uma certa visão de Brasil e de seu lugar no mundo, segundo a qual nosso país “não pode querer ser mais do que é”, pois “o importante é adaptar-se ao *mainstream*” e “ser convidado para sentar-se à mesa” de discussão, pois, quem sabe, nos

servirão as sobras. Essa visão estreita, conformista, subdesenvolvida, é típica do intelectual orgânico do conservadorismo, travestido de modernidade e pragmatismo, portador daquele realismo de interesses que tende a inculcar no povo a idéia de que compor e adaptar-se é mais inteligente do que lutar, e é assim que as elites colonizadas passam às nossas populações, como científica, objetiva, prática e pragmática, isenta, benéfica e única, a ideologia do dominante.

Tal visão de mundo condicionou várias decisões do Estado brasileiro, todas no sentido de uma maior subordinação e menor soberania, inclusive em questão significativa na interseção entre política de defesa, política externa e política de ciência e tecnologia, qual seja, a adesão ao Tratado de Não-Proliferação, TNP, que desde sua criação, em 1968, o país recusava assinar, por considerá-lo discriminatório<sup>3</sup>. Como o tratado ele mesmo não mudou em nada, a lógica nos leva a supor que terá mudado a autovisão de nossos governantes, e sua interpretação do que é ou não iníquo. Bom, o importante é questionar: o que a adesão ao TNP, entre outras concessões, acrescentou ao país, ao seu projeto de desenvolvimento com distribuição de renda, ao projeto de superação das desigualdades sociais? Sobre o quadro social, os dados falam por si; sobre o plano diplomático, seria possível afirmar que o Brasil galgou um novo patamar nas suas relações com as estruturas hegemônicas? Obteve alguma transferência de tecnologia? O seu poder de interlocução e de articulação no plano internacional cresceu significativamente? Sua segurança aumentou? Parece que não. Nesse caso, concessões para quê?

Digamos, agora, que soberania não é um conceito nem jurídico, nem político, nem militar, mas multidisciplinar, pois compreende uma visão social, uma visão econômica, uma visão política, uma visão estratégica, uma visão científica e tecnológica e acima de tudo uma visão política e cultural, pois igualmente significa uma proposição de valores, a aplicação do projeto de nação que visa ao desen-

---

<sup>3</sup> Sobre esse Tratado é mais do que recomendável a leitura do artigo 'O congelamento do poder mundial', do embaixador Araújo Castro. Sua tese é esta: o TNP congelava as relações de poder, pois proibia países que não possuíam armas nucleares de obtê-las, mas não gerava quaisquer obrigações para aqueles que já as possuíam.

volvimento das forças sociais, à consolidação do país e à sua continuidade histórica; segurança, independência, capacidade de defesa e preservação da soberania nacional, ofício das Forças Armadas integradas com a sociedade, refletem a medida do desenvolvimento científico-tecnológico-industrial das nações. Aquele país que não compreender esta lição, e não exercitar seu ensinamento, estará renunciando ao futuro.

O desafio é inserir-se na economia e na política unipolar de forma soberana, no sentido em que soberania seja a possibilidade de dar prioridade aos interesses nacionais, mantendo-se o país ao mesmo tempo ativo e aberto às trocas e à cooperação internacionais. Porque essa possível inserção deve ser tal que procure explorar as brechas da unipolaridade, sempre instável, pois são irrecusáveis as dificuldades nas esferas da economia e da política, como o atestam as rodadas da OMC, a invasão do Iraque e a sempre reacendida crise do Oriente Médio.

Há, no mundo contemporâneo, um interveniente novo perpassando toda a atividade humana, alterando conceitos, visões, de mundo, projeto de futuro, estratégias. Alterando conceitos como o de segurança, como o de soberania, os conceitos de desenvolvimento, os conceitos de guerra, de guerra e paz, e, mesmo, o conceito de vida. Refiro-me à revolução tecnológica. Quando pensávamos que o mundo, a humanidade, a vida, iriam soçobrar sob o peso da hecatombe atômica anunciada, eis que o conflito que dividia o mundo se resolveu sem um só tiro, vencido por aquele bloco que melhor pôde desenvolver-se científica e tecnologicamente, e utilizar as vantagens da guerra ideológica, que trazia embutida a revolução da comunicação e o império da globalização, da globalização ideológica, da globalização econômica, de par com o monopólio da força. E um dos fatores acentuadores dessas conseqüências da revolução tecnológica foi a corrida armamentista de alta sofisticação, que um dos litigantes da guerra não pôde acompanhar, senão ao preço de gravíssimas conseqüências econômicas, sociais e políticas que terminaram por determinar sua falência institucional.

A II Guerra Mundial, que nos cobrou, à Humanidade, preço tão alto em vidas humanas, foi também uma corrida científico-

tecnológica entre os Aliados e o Eixo, pelo domínio das tecnologias de mísseis, da propulsão a jato e da fissão nuclear.

Lembremos que o último ato da II Guerra Mundial não se deu no campo de batalha, pois se concretizou na explosão de duas bombas — símbolos do refinamento científico e tecnológico a que chegara nossa civilização — despejadas sobre duas populações civis.

Discutamos agora o papel daqueles países, periféricos mas continentais, e, portanto, com graves responsabilidades regionais e internacionais, cujos mecanismos de defesa não respondem ao próprio desenvolvimento da ciência e da tecnologia locais. É o caso de países como o nosso, assentado em uma vastidão territorial mal-ocupada? Federação capenga, estados-província sem autonomia econômica e separados por insuportáveis desníveis, população majoritariamente pobre e absurdamente dividida por uma concentração de renda iníqua, população mal distribuída e concentrada no litoral e nas cidades, nas grandes regiões metropolitanas, conglomerados de párias sem destino, empurrados pela crise econômica uns ao desalento, outros à violência, todos ao desastre social. É este o país que hoje busca uma política de Defesa moderna, é este o povo que forceja por um Projeto nacional.

Defesa, ciência e tecnologia, ousa afirmar, constituem uma unidade, porque, além das exigências da guerra contemporânea, a tecnologia de base na sociedade dos nossos dias é congenitamente dual ou multiuso. A diferença não está na essência, mas na escala, não está na pesquisa ou na inovação, mas na política, ou seja, no princípio ético que define o uso e aplicação dos avanços.

E, por uma questão de método, relembremos o óbvio, que é uma verdade desde sempre, acentuada contemporaneamente: os aparelhos de defesa não são apenas usuários da ciência e da tecnologia, mas são instrumentos de provocação de pesquisa e de aproximação da descoberta com sua aplicação, constituindo-se, assim, em vetor do desenvolvimento científico, tecnológico e industrial. Entre nós, além dessa particularidade, as Forças Armadas são, desde a remota fundação do Instituto Militar de Engenharia, importante produtor de conhecimento em ciência pura e aplicada e de bens e serviços tecnológicos. Para citar apenas exemplos conspícuos, diga-

mos que nossa indústria aeronáutica civil não existiria sem o CTA, como igualmente não existiria o programa espacial, tanto quanto não teríamos Angra I e Angra II, nem urânio enriquecido, nem o desenvolvimento alcançado na área de sua aplicação civil, não fôra o programa nuclear autônomo com decisiva participação da Marinha brasileira, a quem também se deve o Programa Antártico e a política de informática — para nós política de segurança nacional — germinada a partir de seus centros de pesquisa. O papel das Forças Armadas, seja relativamente aos Programas Nuclear e Espacial, seja no esforço visando à auto-suficiência nacional de armamentos e acessórios, tem representado notável transferência de tecnologia para a indústria nacional.

E digamos mais: ciência e tecnologia se desenvolvem em casa. Sem embargo das divergências passadas e presentes, as grandes potências tecnológicas, Estados Unidos à frente, sempre estiveram juntas na imposição de insuperáveis dificuldades aos demais países para adquirir tecnologias avançadas mediante a cooperação internacional. As dificuldades se manifestaram em todas as áreas, como as indústrias siderúrgica e de petróleo nos anos 40 e 50, mas incidiram especialmente nas áreas nuclear, de informática-computação e espacial, em que pese, no caso brasileiro, haveremos aderido ao Tratado de Controle de Tecnologia de Mísseis. Hoje, o espectro de tecnologias sob controle compreende Materiais e instalações de uso nuclear; Materiais, insumos químicos, microorganismos e toxinas; Processamento de materiais; Eletrônica; Computadores; Telecomunicações e segurança de informações; Sensores e *lasers*; Navegação e aviônica; Sistemas de propulsão, veículos espaciais e equipamentos correlatos e tecnologia naval. A tendência é a ampliação do controle de tecnologias sensíveis. As dificuldades persistem, nada obstante a tradição pacifista de nosso país, seu papel na política internacional, nossa renúncia às armas nucleares e nosso apoio ao desarmamento nuclear e à não-proliferação. Nada obstante a regra constitucional de 1988, inédita<sup>4</sup>, nada obstante nossos re-

---

<sup>4</sup> Art. 21, inciso XXIII, alínea a: “toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso nacional”;

novados compromissos com a AIEA, nada obstante nossa adesão unilateral ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (1997), voltamos a ele, firmando-o sem impor as condições que deveríamos haver imposto, como a garantia de acesso à tecnologia nuclear e cumprimento de medidas efetivas de desarmamento por parte das potências nucleares. Relativamente à energia nuclear, mais do que nunca é necessário reafirmar nossa decisão de utilizá-la para acelerar o desenvolvimento nacional, a saber, refugando a importação do produto final, mas gerando tecnologia própria.

E digamos mais uma vez, agora como uma tese:

*ciência e tecnologia se desenvolvem em casa.*

Uma divisão ainda mais profunda e insuperável do que aquelas encontradas nas sociedades do Terceiro Mundo, deverá separar os povos entre detentores de ciência e tecnologia, de um lado e, de outro, os excluídos do conhecimento, da tecnologia e da capacitação. Nesse sentido, a chamada ‘brecha digital’ será apenas mais um elemento de exacerbação dessa perspectiva assustadora.

Se chegarmos a esse ponto, seremos, muito em breve, condenados a comprar a preço de ouro, e em condições de subserviência, o acesso àquela ciência e àquela tecnologia que os países seus detentores se dispuserem a ceder. Mas em muitos casos, tais tecnologias sequer estarão disponíveis para compra, especialmente aquelas que apresentem potencial de acesso a clubes tecnológicos fechados para países não-membros. Pior. Os controles exercidos pelos países desenvolvidos sobre tecnologias de uso dual, incluindo as áreas nuclear e espacial, vêm sendo ampliados com propósitos que extrapolam questões de segurança e avançam claramente sobre a área comercial. Ou seja, esses controles funcionam, em última análise, como mais uma barreira ao acesso dos países em desenvolvimento às tecnologias de que tanto necessitam. O controle das tecnologias é forma de dominação. Produzir sua própria tecnologia é o caminho a ser percorrido por quem deseja emancipar-se.

O Brasil, porém, diga-se de logo, se bem que venha enfrentando graves dificuldades no seu desenvolvimento tecnológico, já dispõe

de notável base científica, de conhecimentos acumulados, de avanços e descobertas científicas; temos considerável número de cientistas e pesquisadores altamente qualificados. Malgrado a crise da Universidade, dispomos ainda, nas Universidades, em Institutos e Laboratórios isolados, quase sempre financiados pelo poder público, de um parque científico e tecnológico que é um dos melhores do mundo. Dispomos de organismos como o CNPq, cujo papel na formação de pesquisadores, mestres e cientistas é simplesmente notável. Formamos hoje cerca de sete mil doutores por ano. Faço essas referências, consabidas, apenas para pôr de manifesto a existência de condições objetivas para a aceleração de nosso desenvolvimento científico e tecnológico.

Não há possibilidade de desenvolvimento sem o rompimento da dependência, isto é, senão recusando aceitar as disparidades de poder no sistema global como “um dado da realidade” que não nos caberia remover, mas tão simplesmente a ele adaptar-nos. Ou seja, nossa política de Defesa depende de uma política de ciência e tecnologia voltada para a emancipação do país, associada ao desenvolvimento industrial (e não há política industrial sem, a precedê-la, política de ciência e tecnologia), arrimadas ambas em uma política externa que tenha como cerne o interesse nacional.

Assim, tentemos, de logo, responder a um questionamento aparentemente justo conquanto nem sempre ingênuo: tem sentido país como o nosso — esta pergunta me foi feita por repórter do NYT que é tudo menos ingênuo — tão pobre, consumido pela miséria iníqua da desigualdade social, investir em forças armadas, em programa nuclear, em programa espacial? Tem, sim, respondemos, pois esta é a única forma de fugir dessa situação de penúria. A opção por desenvolver-se econômica e socialmente e produzir seus sistemas de defesa proporciona ao país a criação de grandes projetos estratégicos de base tecnológica que acionam a Universidade e a indústria, catalisando o esforço desenvolvimentista, gerando renda, riqueza e empregos. Não é sem razão que os países mais industrializados, aqueles que melhor do que nós enfrentaram as desigualdades sociais, são países densamente desenvolvidos nos planos da educação, da ciência e da tecnologia. E não há exemplo

de país desenvolvido que tenha descurado de investimentos em ciência e tecnologia. A afirmativa vale também para os países emergentes, como nos ensina a Coréia do Sul.

Segurança é antes de tudo desenvolvimento econômico-social auto-sustentado em um sistema estratégico unipolar que compreende um sistema econômico multipolar, no qual podemos transitar, explorando suas contradições e nossas potencialidades. A doutrina de segurança e a política de defesa, que defendemos, aquela que opta pela persuasão em detrimento da força, não pode omitir a produção de meios de defesa e dissuasão que exigem integração do parque industrial, e, repitamos sempre, desenvolvimento científico e tecnológico.

Mas, lembremos, país que não desenvolve e não produz seus equipamentos e sistemas de defesa dentro de suas fronteiras, e sob o controle da política nacional, delega a outros a definição de sua política de defesa. De outra parte, a inexistência de capacidade de defesa, isto é, de força dissuasória, é o mais eficiente estímulo à aventura militar.

Não há política de Defesa digna desse nome, se não há, fundamentando-a, política de ciência e tecnologia e política industrial, essa compreendendo um parque nacional compondo um bom patamar tecnológico. Essas políticas, além de existirem de *per se*, devem estar concertadas em um Projeto Nacional, um projeto de país, um projeto de nação. E isto não temos. E talvez estejamos tocando a raiz de todos os nossos problemas: a ausência, desde a Colônia, desde o Império, desde a República, de um projeto de Nação autóctone, traída que foi nossa história pela alienação de nossas elites, desapegadas do nacional, exógenas, reflexas, tardias, retardatárias, voltadas para as sucessivas metrópoles, para a cópia, para a importação sem juízo crítico de idéias, conceitos, valores, projetos, ideologias, visão de mundo, enfim. Visão alienada e ideologicizada que determinava nossa visão de nós mesmos.

Ensino e ciência, ciência e tecnologia, industrialização e defesa, são ingredientes essenciais e interdependentes, *conditio sine qua* para qualquer projeto de nação soberana e democrática, a saber, sem excluídos e sem fome, o que compreende distribuição de renda e

mercado interno, mobilidade social e integração do Povo à Nação, inalcançável sem desenvolvimento econômico. Autodeterminação, conceito de que tanto nos orgulhamos, é apenas isso.

Foi essa nossa compreensão à frente do Ministério da Ciência e Tecnologia, perseguindo, desde o primeiro dia, a melhor integração possível com o Ministério da Defesa, compartilhando responsabilidades nos programas nuclear e espacial, e, na escassez dos recursos disponíveis, cooperando em diversas outras atividades e ações específicas das Forças Armadas. Votamos especial entusiasmo na Rede Brasil de Tecnologia, criada em nossa administração, como ferramenta de desenvolvimento industrial-tecnológico. Trabalhando de mãos dadas com o Ministério da Defesa e o empresariado nacional, e colaborando com sua estratégia, poderá essa Rede, aproximando indústria e pesquisa universitária, desempenhar papel o mais significativo no esforço comum de dotar nossas Forças dos melhores equipamentos, aqui projetados e aqui fabricados, assegurando-nos o máximo de autonomia. Entendendo que a política de Defesa é questão de Estado que diz respeito a toda à sociedade, à Nação, da qual todos somos partícipes, procuramos colaborar nas mais diversas frentes, e uma delas é o apoio acadêmico por intermédio do CNPq. Construímos juntos, MCT e MD, o Programa Fronteiras, e conseguimos consolidar nossa interlocução institucional em um mecanismo concreto, o Sistema de Ciência Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa Nacional, integrado ao espaço mais amplo do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, envolvendo diversos Ministérios, os respectivos Institutos e Centros de pesquisa, mecanismos de promoção e fomento, articulando-se com a comunidade acadêmica e a indústria nacional. E no CNPq foi criado o Comitê Assessor de Defesa Nacional. Entre outras iniciativas, firmamos convênio, por intermédio da Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, com a finalidade de financiar projetos de interesse do Ministério da Defesa, cujos resultados possam ser apropriados pela indústria nacional.

Cremos, porém, que outros mecanismos podem e devem ser acionados nessa cooperação. Refiro-me a alguns programas ainda de minha gestão, todos voltados para a inovação tecnológica. São as-

sim o CRIATEC, desenvolvido com o BNDES, voltado à criação de pequenas empresas de bases tecnológicas; o Programa de Apoio à Pesquisa na Pequena Empresa e o Programa de Modernização e Valorização das Engenharias. Ainda na minha gestão colaboramos intensamente com o Instituto Militar de Engenharia, tanto na pesquisa, quanto na área acadêmica.

O projeto nacional compreende a consciência do que somos, e a decisão do que queremos ser, a vontade unificadora da nação, seu elemento integrador, a identificação dos valores que transformam o povo-massa em Nação, o espectador em ator. Não apenas a preservação da integridade geográfica, já de si um *a priori*, mas, igualmente, a incorporação efetiva de todo o território, e dentro dele de sua população, majoritariamente afastada da cidadania. Significa dizer-nos e dizer ao mundo, qual será nossa projeção internacional, que papel estamos dispostos a desempenhar na América do Sul e no Hemisfério, onde temos compromissos históricos com os princípios da autodeterminação dos povos e da não-intervenção. Significa dizer que tipo de sociedade queremos construir animada por um projeto que diga respeito aos interesses da nação, e não apenas de um segmento social.

Mas, parece, estamos retornando à bipolaridade. Se antes a Terra estava dividida em dois mundos, antípodas, de um lado o bloco capitalista, de outro o bloco dito comunista, agora o mundo tende a dividir-se novamente em dois blocos, igualmente antípodas. De um lado o mundo dominante, doutro lado o mundo dominado. Cabe-nos escolher nosso destino. ■

## Ciência&tecnologia, defesa e soberania para a construção de um Projeto Nacional

**Roberto Amaral**

### Resumo

O autor rediscute o significa de conceitos como segurança nacional, soberania e defesa nacional frente a um quadro mundial marcado por globalização, unipolaridade e internacionalização do terrorismo, inclusive o terrorismo de Estado. À medida que esses significados são levantados, são apresentadas as teses estruturadoras do trabalho: a) condicionando os conceitos de soberania e defesa, C&T coloca-se no centro da questão do desenvolvimento econômico e da emancipação dos países emergentes; b) a cooperação em C&T deve contemplar parcerias e transferência de tecnologia; c) C&T é coisa que se desenvolve em casa.

### Palavras-chave

ciência e tecnologia, globalização, defesa, soberania, Brasil

### Abstract

*The article discusses the meaning of key concepts as national security, sovereignty and defense in a world characterized by globalization, unipolarity and internationalization of terrorism, including that coming from States. As these meanings are analysed, the author presents a serie of thesis: a) as far as conditioning concepts like sovereignty and defense, Sc&T standup in the center of the economic development; b) cooperation in Sc&T must imply interest conjunction and transfer of technologies; c) Sc&T are enhanced at home.*

### Key words

*science and technology, globalization, sovereignty and defense, Brazil*